



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

**PROCESSO Nº:** 28944/2018 – e

**ORIGEM:** SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO  
DISTRITO FEDERAL (SEDES/DF)<sup>1</sup>

**ASSUNTO:** APOSENTADORIA

**EMENTA:** 1) **Aposentadoria voluntária**, com proventos integrais, de CELIA ZANQUETTA, no Cargo de Especialista em Assistência Social, Classe Especial, Padrão V. 2) Concessão amparada na **Lei nº 10.559/02 (anistia)**. Ato incluído no módulo Concessões do **SIRAC** sob o nº **14723-2**. 3) **Decisão nº 5407/18:** notificação da interessada para que apresentasse defesa ao Tribunal, visando à manutenção de sua **aposentadoria**, a qual poderia vir a ser considerada ilegal. 4) Apresentação da defesa. 5) **Decisão nº 2478/2019:** conhecimento da defesa; sobrestamento da análise do mérito, até que o Tribunal decidisse acerca da **reintegração** da servidora, que foi materializada em ato publicado no DODF de 17.09.2014; determinações à jurisdicionada. 6) **Decisão nº 4275/2019:** oportunidade para que a interessada apresentasse defesa específica quanto ao ato de reintegração. 7) **Nesta fase:** análise do mérito da reintegração, bem como da aposentadoria. 8) **Sefipe e Ministério Público com pareceres uniformes:**

---

<sup>1</sup> Atual denominação da extinta Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal - SEDESTMIDH/DF (Decreto distrital n.º 39.610/19)



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU**

ilegalidade dos dois benefícios (reintegração e aposentadoria) concedidos à interessada. **9) Voto divergente.**

## **RELATÓRIO**

Cuida este processo da aposentadoria voluntária, com proventos integrais, de CELIA ZANQUETTA, no Cargo de Especialista em Assistência Social, Classe Especial, Padrão V.

A concessão está amparada no art. 3º da EC nº 47/05, conforme se verifica do DODF de 29.01.2015.

O ato foi incluído no módulo Concessões do Sirac sob o nº 014723-2.

A interessada ingressou no serviço público em 01.07.1971<sup>2</sup>.

Em 1972, fora demitida da extinta Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, atingida por ato de exceção praticado durante o período de ditadura militar, devido à participação em movimentos estudantis.

Em 2006, após o advento da Lei n.º 10.559/02 (Regime do Anistiado Político), a servidora protocolou requerimento no Ministério da Justiça, a fim de que tivesse reconhecida sua condição de anistiada política, e, consequentemente, outorgados os direitos previstos no art. 1º do mencionado diploma legal.

Em 2013, por ato do Ministro da Justiça, publicado em 20 de dezembro<sup>3</sup>, a interessada passou a ter a condição de anistiada política, fazendo jus à

---

<sup>2</sup> Informação extraída do SIRAC.

<sup>3</sup> PORTARIA nº 3.722, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União, de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 9ª Sessão de Turma, realizada no dia 04 de abril de 2013, no Requerimento de Anistia nº 2006.16.55528, resolve:



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU**

reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, com efeitos financeiros retroativos, bem assim à contagem, para todos os efeitos, do período compreendido de 02.08.1972 a 05.10.1988.

Posteriormente, ela foi reintegrada no serviço público distrital, no Cargo de Especialista em Assistência Social – Assistente Social, Classe Especial, Padrão V, da Carreira Pública de Assistência, por força de decreto de ex-Governador do Distrito Federal (DODF de 17.09.2014<sup>4</sup>), que acolhera a Nota n.º 278/2014-CJDF/GAC, da Consultoria Jurídica do Distrito Federal, nos autos do Processo Administrativo n.º 380-000.188/2014.

Mais adiante, a servidora se aposentou.

Em análise inicial, a Sefipe, diante da constatação de que houve cômputo de tempo de serviço para a inativação não ancorado expressamente no ato de anistia editado pelo Ministro de Justiça, o que poderia acarretar a ilegalidade da aposentadoria ora em exame, propôs diligência, para que a interessada apresentasse defesa ao Tribunal.

Essa sugestão foi endossada pelo *Parquet* e acolhida pelo Tribunal, dando origem à Decisão n.º 5407/18, *in verbis*:

---

Declarar anistiada política CELIA ZANQUETTA, portadora do CPF nº 277.836.006-97, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R\$ 3.385,00 (três mil, trezentos e oitenta e cinco reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 04.04.2013 a 19.10.2001, perfazendo um total retroativo de R\$ 504.477,83 (quinhentos e quatro mil, quatrocentos e setenta e sete reais e oitenta e três centavos), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 02.08.1972 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

4 O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos XXVI e XXVII, do artigo 100, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e considerando o que consta nos autos do Processo Administrativo nº 0380000.188/2014, resolve:

Acolher a Nota nº 278/2014 – CJDF/GAG, da Consultoria Jurídica do Distrito Federal, nos autos do Processo Administrativo nº 0380-000.188/2014, REINTEGRAR, a servidora CÉLIA ZANQUETTA, no Cargo de Especialista em Assistência Social – Assistente Social, classe especial, padrão V, da Carreira Pública de Assistência Social, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda do Distrito Federal, a contar de 23 de dezembro de 2013, de modo a reestabelecer todos os seus direitos de servidora, conforme Portaria nº 3.722, de 20 de dezembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União nº 248, de 23 de dezembro de 2013, do Ministro de Estado de Justiça, nos termos dos incisos I, II e III, art. 1º, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU**

**DECISÃO Nº 5407/2018**

*O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, determinou à Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, notifique a servidora Celia Zanquetta, a fim de que a interessada, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias da notificação, apresente sua defesa a este Tribunal, diante da possibilidade de sua aposentadoria vir a ser considerada ilegal em razão do eventual descompasso entre o que fora decidido pela Comissão de Anistia (Cf. Portaria nº 3722, de 20/12/2013, publicada no DOU de 23/12/2013) e a sua materialização pelo GDF (Cf. ato do Ex-Governador Agnelo Queiroz publicado no DODF de 17/09/2014 e Ordem de Serviço de 28/01/2015 da SEDESTMIDH/DF, publicada no DODF de 29/01/2015).*

Por meio de seu patrono, a interessada apresentou defesa, conforme se verifica do e-DOC AFC30FDD-c.

Em seguida, esta Corte, seguindo a linha de entendimento deste Relator, deliberou pelo sobrestamento da análise de defesa da interessada, até que a Corte se manifestasse acerca da legalidade do próprio ato de reinvestidura da servidora, sem prejuízo de expedir determinação ao IPREV/DF, conforme se verifica da Decisão n.º 2478/2019, *ipsis litteris*:

**DECISÃO Nº 2478/2019**

*O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento da defesa apresentada pela Sra. Célia Zanquetta (e-DOC AFC30FDD-c), por meio de seu representante legal, informando-o de que o mérito somente será analisado após a verificação por esta Corte do ato de reintegração da interessada, materializado por ato do então Governador do Distrito Federal, publicado no DODF de 17.09.2014; II – determinar ao IPREV-DF que, no prazo de 30 (trinta) dias: 1) encaminhe a esta Corte o processo de reintegração da servidora (Processo Administrativo nº 0380-000.188/2014), em especial a Nota nº 278/2014 – CJDF/GAG, da Consultoria Jurídica do Distrito Federal; 2) esclarecer se houve pagamentos com efeitos retroativos em decorrência da reintegração da servidora, tratada no processo mencionado no subitem anterior; III – autorizar o retorno dos autos à Sefipe, para a adoção das providências de praxe.*

Em atendimento, o IPREV/DF enviou a esta Corte cópia digitalizada do Processo Administrativo nº 0380-000.188/2014, em que se encontrariam



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU**

os fundamentos para a reinvestidura da servidora, materializada em ato publicado no DODF de 17.09.2014.

Após apreciar toda a documentação enviada, o Tribunal, por fim, exarou a Decisão nº 4275/19<sup>5</sup>, cujo cumprimento ora se examina.

Antes de se pronunciar acerca do cumprimento da aludida decisão, a Sefipe assim se manifesta:

*5. Conforme o disposto na Lei nº 10.559/2002 (artigo 10, redação original, e artigos 11 e 12), a partir de sua publicação, caberia ao Ministro da Justiça decidir a respeito dos requerimentos de anistia e dos direitos daí decorrente. Consequentemente, todos os processos relacionados a anistia política em tramitação na Administração Pública direta e indireta deveriam ser transferidos para o Ministério da Justiça, para que fossem analisados pela Comissão de Anistia, criada para examinar os requerimentos e assessorar o Ministro de Estado em suas decisões:*

*Lei nº 10.559/2002*

*(...)*

*“Art. 10. Caberá ao Ministro de Estado da Justiça decidir a respeito dos requerimentos fundados nesta Lei.*

*Art. 11. Todos os processos de anistia política, deferidos ou não, inclusive os que estão arquivados, bem como os respectivos atos informatizados que se encontram em outros Ministérios, ou em outros órgãos da Administração Pública direta ou indireta, serão transferidos para o Ministério da Justiça, no prazo de noventa dias contados da publicação desta Lei.*

*(...).*

---

<sup>5</sup> O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – ter por cumprido o item II da Decisão nº 2478/2019; II – determinar ao IPREV/DF que, no prazo de 10 (dez) dias, notifique a servidora Célia Zanquetta, para que, caso queira, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da notificação, apresente a esta Corte de Contas razões de defesa, com vistas a sustentar a legalidade do ato que a reintegrou no Cargo de Especialista em Assistência Social (DODF de 17.09.2014), tendo em vista que: 1) a Lei nº 10.559/2002 não seria embasamento legal para que o Governador do Distrito Federal a reintegrasse no Cargo de Especialista em Assistência Social, uma vez que caberia apenas ao Ministro de Justiça, que não deferiu esse pedido, decidir a respeito dos requerimentos baseados na referida lei (art. 10 da Lei nº 10.559/02); 2) a demissão da servidora ocorrera em agosto de 1972, fora, portanto, do marco temporal constante no § 5º do artigo 8º do ADCT, o qual assegurou a readmissão apenas dos que foram atingidos a partir de 1979; 3) o benefício de prestação mensal, permanente e continuada, instituído pela Lei nº 10.559/2002, pago a anistiados políticos, não pode ser recebido de forma acumulada com quaisquer pagamentos ou benefícios ou indenização com o mesmo fundamento, por força do artigo 16 da mencionada Lei nº 10.559/2002, conforme já decidiu o TCU e o STJ [Processo/TCU nº 023.971/2013-4, Acórdão/Plenário nº 1417/2016; Processo/TCU nº 017.239/20087, Acórdão/Plenário nº 1967/2010; Processo/STJ nº 1.564.218 – SP (RESP); Processo/STJ nº 19.521-DF (MS)].



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU**

*Art. 12. Fica criada, no âmbito do Ministério da Justiça, a Comissão de Anistia, com a finalidade de examinar os requerimentos referidos no art. 10 desta Lei e assessorar o respectivo Ministro de Estado em suas decisões.*

*6. Além de a Lei nº 10.559/2002 não prever a possibilidade de o Governador do Distrito Federal readmitir servidor público em decorrência de anistia política, há que se notar que o artigo 8º do ADCT, na parte final de seu §5º, estabeleceu que seria assegurada a readmissão dos servidores demitidos a partir de 1979.*

*“Art. 8º. É concedida anistia aos que, no período de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da Constituição, foram atingidos, em decorrência de motivação exclusivamente política, por atos de exceção, institucionais ou complementares, aos que foram abrangidos pelo Decreto Legislativo nº 18, de 15 de dezembro de 1961, e aos atingidos pelo Decreto-Lei nº 864, de 12 de setembro de 1969, asseguradas as promoções, na inatividade, ao cargo, emprego, posto ou graduação a que teriam direito se estivessem em serviço ativo, obedecidos os prazos de permanência em atividade previstos nas leis e regulamentos vigentes, respeitadas as características e peculiaridades das carreiras dos servidores públicos civis e militares e observados os respectivos regimes jurídicos. (Regulamento)*

*(...)*

*§ 5º A anistia concedida nos termos deste artigo aplica-se aos servidores públicos civis e aos empregados em todos os níveis de governo ou em suas fundações, empresas públicas ou empresas mistas sob controle estatal, exceto nos Ministérios militares, que tenham sido punidos ou demitidos por atividades profissionais interrompidas em virtude de decisão de seus trabalhadores, bem como em decorrência do Decreto-Lei nº 1.632, de 4 de agosto de 1978, ou por motivos exclusivamente políticos, assegurada a readmissão dos que foram atingidos a partir de 1979, observado o disposto no §1º.”*

*7. Assim, em princípio, a Lei nº 10.559/2002 não seria embasamento legal para a interessada ser reintegrada ao Quadro de Pessoal do GDF, uma vez que as deliberações fundadas nessa lei seriam da competência do Ministro da Justiça. Além disso, como a interessada fora demitida em agosto de 1972, a data de sua demissão ocorreu fora do marco temporal previsto no §5º do artigo 8º do ADCT para as readmissões.*

*8. Acrescente-se ainda que o benefício de prestação mensal, permanente e continuada, instituído pela Lei nº 10.559/2002, pago a anistiados políticos, está sujeito ao regime jurídico dos servidores públicos, devendo, então, obedecer ao teto de remuneração e às regras de não acumulação de cargos público. Além disso não poder ser recebido de forma acumulada com nenhum outro benefício de aposentadoria a anistiado político paga pelo INSS, e demais entidades públicas, originária do cargo exercido antes da demissão por motivo político, conforme vedado no artigo 16 da mencionada Lei nº 10.559/2002 (Processos TCU nº 023.971/2013-4, Acórdão 1417/2016 – Plenário e TCU nº 017.239/2008-7, Acórdão nº 1967/2010–Plenário; Processos STJ – RESP nº 1.564.218 – SP; MS nº 19.521-DF).*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU**

Ato contínuo, o Corpo Técnico assim arremata:

10. *De acordo com as cópias juntadas à aba “Anexos e Observações” (carta encaminhada pela jurisdicionada e Aviso de Recebimento – AR), a Sra. Célia Zanquetta tomou conhecimento da Decisão TCDF nº 4275/2019 em 23/12/2019.*

11. *Observa-se no Processo nº 28.944/2018-e que a interessada não apresentou suas razões de defesa.*

12. *Na continuidade da análise, entendemos que o Plenário dessa Corte possa considerar ilegal o ato de reintegração da Sra. Célia Zanquetta ao Quadro de Servidores do Distrito Federal, publicado no DODF de 17/09/2014, e, por consequência, também considerar ilegal o ato de sua aposentadoria, publicado no DODF de 29/01/2015.*

O Ministério Público acolhe, *in totum*, as sugestões apresentadas.

São palavras do Procurador Demóstenes Tres Albuquerque:

6. *O atual momento processual se presta para verificar se a jurisdicionada deu cumprimento à deliberação plenária contida na Decisão nº 4.275/2019, bem como verificar o deslinde processual.*

7. *Nesse contexto verifico que a determinação foi atendida. A jurisdicionada procedeu a notificação da Sra. Celia Zanquetta, em 23/12/2019, para que apresentasse razões de defesa, conforme documentação juntada no SIRAC. Todavia, a interessada não ofereceu defesa.*

8. *Superada essa fase, sobre a reintegração da Sra. Celia Zanquetta, anistiada política, ao GDF, este Parquet de Contas comunga com esposado pelo Corpo Instrutivo, quanto ilegalidade, haja vista que a fundamentação legal utilizada para o reingresso no serviço público distrital fora equivocada.*

9. *A fundamentação utilizada para a reintegração, com base na Lei nº 10.559/2002, conforme delineado pelo zeloso Corpo Técnico, não seria o embasamento legal adequado para que o Governador do DF acolhesse a demanda da interessada, considerando que, nos termos da referida norma legal, as deliberações, que envolvem anistiados políticos, são de competência do Ministro de Estado da Justiça.*

10. *Ademais, o benefício de prestação mensal, permanente e continuada, pago a anistiados políticos por estar sujeito ao regime jurídico dos servidores públicos, deve obedecer ao teto de remuneração e às regras de acumulação de cargos públicos. Não pode ser percebido junto com outro benefício de aposentadoria custeado pelo INSS ou entidades previdenciárias, originária do cargo exercido antes da demissão por motivo político, conforme vedado no art. 16 da mencionada Lei nº 10.559/2002.*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU**

*11. De mais a mais, o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, no §5º do art. 8º, determinou que o marco temporal para possíveis readmissões seria a partir do ano de 1979, e, a demissão da servidora ocorreu em agosto de 1972.*

*12. Desse modo, o MPC/DF converge com as conclusões da Unidade Técnica quanto à ilegalidade da reintegração da Sra. Célia Zanquetta ao Quadro de Servidores do Distrito Federal, publicada no DODF de 17/9/2014, e, por consequência, a ilegalidade da concessão da aposentadoria, publicada no DODF de 29/1/2015.*

*13. Ante o exposto, o Ministério Público de Contas opina pelo acolhimento das sugestões emanadas da zelosa Unidade Técnica.*

É o relatório.

## **VOTO**

Conforme relatado, a Corte deve apreciar, primeiramente, a regularidade ou não da reintegração da servidora Célia Zanquetta no Cargo de Especialista em Assistência Social (ato publicado no DODF de 17.09.2014), outrora considerada, com amparo na Lei nº 10.559/2002, anistiada política. Caso ultrapassada essa etapa, a análise recairá sobre a legalidade ou não da aposentadoria.

Pois bem. Nos termos da Decisão nº 4275/19, foi concedida à interessada a oportunidade de rebater três pontos, cada um deles, aparentemente, com força suficiente para macular sua reintegração, a saber:

- a Lei nº 10.559/2002 não seria embasamento legal para que o Governador do Distrito Federal a reintegrasse no Cargo de Especialista em Assistência Social, uma vez que caberia apenas ao Ministro de Estado da Justiça, que não deferiu esse pedido, decidir a respeito dos requerimentos baseados na referida lei (art. 10 da Lei nº 10.559/02<sup>6</sup>);

---

<sup>6</sup> A redação atual da lei é a seguinte: Art. 10. Caberá ao Ministro de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos decidir a respeito dos requerimentos baseados nesta Lei.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU**

- o § 5º do artigo 8º do ADCT, por si só, também não a socorreria, uma vez que sua demissão (ocorrida em agosto de 1972) se deu fora do marco temporal ali estabelecido para readmissões (apenas para os atingidos a partir de 1979);
- o benefício de prestação mensal, permanente e continuada, instituído pela Lei nº 10.559/2002, pago a anistiados políticos, não poderia ser recebido de forma acumulada com quaisquer pagamentos ou benefícios ou indenização com o mesmo fundamento, por força do artigo 16 da mencionada Lei nº 10.559/2002, conforme já decidiu o TCU e o STJ<sup>7</sup>.

Validamente notificada<sup>8</sup>, a servidora, nesta fase, quedou-se inerte.

Nesse cenário, a Sefipe e o Ministério Público manifestam-se pela ilegalidade da reintegração da servidora, o que, por arrastamento, macularia irremediavelmente sua inativação.

Com as vênias de estilo, penso diferente.

Após bem refletir sobre a situação aqui posta, concluo que a melhor e mais justa interpretação para minimizar os enormes danos advindos das punições outrora impostas em período de regime de exceção afasta-se daquela empreendida até o momento.

Como se sabe, a anistia política, prevista no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, visou reparar aqueles que, por motivação

---

<sup>7</sup> Processo/TCU nº 023.971/2013-4, Acórdão/Plenário nº 1417/2016; Processo/TCU nº 017.239/20087, Acórdão/Plenário nº 1967/2010; Processo/STJ nº 1.564.218 – SP (RESP); Processo/STJ nº 19.521-DF (MS).

<sup>8</sup> Destaque-se que a interessada foi notificada por meio de carta registrada com AR, e que houve a comprovação da entrega em seu endereço, tudo conforme autoriza o art. 165 do Regimento Interno desta Corte, *in verbis*:

**Art. 165. A citação, a comunicação de audiência ou a notificação, bem como a comunicação de diligência e de rejeição de alegações de defesa, far-se-ão:**

I - mediante ciência da parte, efetivada por servidor designado, por meio eletrônico, fac-símile, telegrama ou qualquer outra forma, desde que fique confirmada inequivocamente a entrega da comunicação ao destinatário;

**II - mediante carta registrada, com aviso de recebimento que comprove a entrega no endereço do destinatário;**

III - por edital publicado nos órgãos oficiais, quando o seu destinatário não for localizado.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU**

exclusivamente política, foram punidos no período de 18 de setembro de 1946 até 5 de outubro de 1988.

Regulamentando esse dispositivo constitucional, foi publicada a Lei 10.559/02, que, expressamente, previu, no art. 1º, estes direitos dos anistiados políticos:

*Art. 1º (...)*

*I - declaração da condição de anistiado político;*

***II - reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única ou em prestação mensal, permanente e continuada, asseguradas a readmissão ou a promoção na inatividade, nas condições estabelecidas no caput e nos §§ 1º e 5º do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;***

*III - contagem, para todos os efeitos, do tempo em que o anistiado político esteve compelido ao afastamento de suas atividades profissionais, em virtude de punição ou de fundada ameaça de punição, por motivo exclusivamente político, vedada a exigência de recolhimento de quaisquer contribuições previdenciárias;*

*IV - conclusão do curso, em escola pública, ou, na falta, com prioridade para bolsa de estudo, a partir do período letivo interrompido, para o punido na condição de estudante, em escola pública, ou registro do respectivo diploma para os que concluíram curso em instituições de ensino no exterior, mesmo que este não tenha correspondente no Brasil, exigindo-se para isso o diploma ou certificado de conclusão do curso em instituição de reconhecido prestígio internacional; e*

*V - reintegração dos servidores públicos civis e dos empregados públicos punidos, por interrupção de atividade profissional em decorrência de decisão dos trabalhadores, por adesão à greve em serviço público e em atividades essenciais de interesse da segurança nacional por motivo político.*

***Parágrafo único. Aqueles que foram afastados em processos administrativos, instalados com base na legislação de exceção, sem direito ao contraditório e à própria defesa, e impedidos de conhecer os motivos e fundamentos da decisão, serão reintegrados em seus cargos.***

Extraí-se desses dispositivos, facilmente, que a readmissão e a reparação econômica podem ser deferidas ao mesmo tempo ao anistiado político. E mais: a reparação econômica não inibe a reintegração.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU**

Diante dessas constatações iniciais, a dúvida, *in casu*, é a seguinte: o Governador do Distrito Federal poderia reintegrar a interessada, uma vez que esse direito não foi expressamente reconhecido pelo Ministro de Estado da Justiça?

A mim, a resposta parece afirmativa.

A reintegração, que é um instituto próprio do regime jurídico dos servidores públicos do DF, *“é a reinvestidura do servidor no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com o restabelecimento dos direitos que deixou de auferir no período em que esteve demitido.”* (art. 36 da LC nº 840/2011).

Ademais, consoante dispõem os arts. 8º e 10 do mesmo regime jurídico, cabe ao Governador do Distrito Federal, no âmbito do Poder Executivo, o ato de reintegração, que é uma das formas de provimento do cargo público.

Assim, o suporte imediato da reintegração seria a LC nº 840/2011; ao passo que Lei nº 10.559/2002, o seu suporte mediato.

Dito de outra forma, temos que, diante do reconhecimento, em processo legítimo de anistia, da condição de anistiada política da servidora, sua demissão, em processo administrativo próprio, poderia ser invalidada, dando causa à sua reintegração.

Efetivada legitimamente a reintegração, justificado parece estar o cômputo para todos os efeitos do período posterior a 05/10/1988, nos termos do art. 165 da LC nº 840/2011, que assim disciplina a matéria:

*Art. 165. São considerados como efetivo exercício:*

*(...)*

*VII – o período entre a demissão e a data de publicação do ato de reintegração.*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU**

Assim, resta indagar quanto à possibilidade ou não de a interessada acumular a prestação mensal, permanente e continuada, deferida pelo Ministro de Estado da Justiça, com o benefício previdenciário da aposentadoria, concedido pelo Distrito Federal, haja vista o art. 16 da Lei 10.559/2002.

Com o respeito devido a quem pensa em contrário, conforme já decidiu inclusive o TCU e o STJ, entendo que a resposta há de ser positiva, por ostentarem naturezas distintas. Para tanto, anoro-me nestes trechos do Voto da Ministra Regina Helena Costa, do próprio STJ, quando do recentíssimo julgamento do REsp 1845449, *ipsis litteris*:

***No mais, observo que acórdão está em consonância com à orientação desta Corte, segundo a qual, a reparação econômica percebida pelo anistiado com fulcro no art. 1º, II, da Lei n. 10.559/02, é cumulável com a remuneração por ele auferida, decorrente da sua reintegração a cargo público, consoante o seguinte precedente da 1ª Seção:***

**PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973. APLICABILIDADE. ANISTIADO POLÍTICO. REPARAÇÃO ECONÔMICA E REINTEGRAÇÃO. DIREITOS DECORRENTES DO ART. 8º DO ATO DE DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS E DA LEI N. 10.559/2002. CUMULAÇÃO DESSES DIREITOS. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE VEDAÇÃO LEGAL. ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA.**

***I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 1973.***

***II - O direito pretendido pela concessão da ordem consiste na reparação econômica, de caráter indenizatório em prestação mensal, permanente e continuada nas condições estabelecidas no caput e nos §§ 1º e 5º do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e na Lei n. 10.559/2002, ou seja, não há controvérsia acerca do status de anistiado político do impetrante.***

***III - O pedido foi indeferido com fundamento na justificativa de que a reintegração de trabalhadores demitidos com fundamento no Decreto-lei n. 1.632/78, legislação que dispunha sobre a proibição de greve nos serviços públicos e atividades essencial de interesse da segurança nacional, por si só afastaria a obrigação de reparação econômica do Estado.***

***IV - Esta Corte possui entendimento de que indenização é reparação a prejuízos suportados ao passo em que remuneração é a contrapartida de um trabalho realizado, não sendo possível considerar a reintegração como***



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU**

***uma indenização. Assim, os fundamentos da reintegração e do pagamento são distintos, tanto no mundo dos fatos quanto no mundo do direito. Precedentes.***

*V - Após minucioso exame dos elementos contidos nos autos, restou constatado que o contrato foi inicialmente interrompido no dia 14.01.1988, já a reintegração ocorreu somente em 24.09.1999, durando apenas 3 (três) dias, uma vez que foi seguida do posterior desligamento no dia 27.09.1999. Dessa forma, não é possível ilidir o direito à reparação econômica, porquanto a reintegração no caso concreto não afastou os danos decorrentes da extinção indevida da relação de trabalho.*

*VI - Ordem parcialmente concedida.*

*(MS 19.055/DF, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/05/2018, DJe 17/05/2018, destaque meu).*

*Na mesma esteira, destaco os julgados assim ementados:*

*(...)*

***RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 2/STJ. ANISTIADO POLÍTICO. REPARAÇÃO ECONÔMICA E REINTEGRAÇÃO. DIREITOS DA LEI N. 10.559/2002. CUMULAÇÃO DESSES DIREITOS. POSSIBILIDADE. PREVISÃO EXPRESSA DO ART. 1º, II, DA LEI N. 10.559/2002. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.***

***1. O recorrente visa à condenação da União ao pagamento de indenização garantida pela Lei n. 10.559/2002 apesar de ter sido reintegrado aos quadros de servidores públicos.***

***2. O Tribunal de origem decidiu pela impossibilidade do anistiado reintegrado ao serviço público receber a indenização por danos materiais e morais do artigo 1º da Lei n. 10.559/2002.***

***3. Ao recorrente já foi reconhecido o direito previsto no art. 1º, V, da Lei n. 10.559/2002, tendo em visto que foi reintegrado ao serviço público. Sobre esse aspecto, menciona-se a inexistência de norma nesse inciso impossibilitando a reintegração do cargo com outros direitos previstos no rol do art. 1º da Lei n. 10.559/02. Da mesma forma, o inciso II não contém nenhum comando normativo excludente de outros direitos previstos no rol do art. 1º da Lei n. 10.559/02. Pelo contrário, há expressa determinação de que a reparação econômica se dá sem prejuízo da readmissão.***

***4. Ademais, não é possível considerar a reintegração como um direito indenizatório. Nesse sentido, mutatis mutandis: REsp 1020027/RS, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 29/04/2009, DJe 25/05/2009.***

***5. Recurso especial provido para restabelecer os termos da sentença.***

***(REsp 1.554.417/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/08/2016, DJe 19/08/2016).***



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU**

Afastadas as máculas anteriormente aventadas, o ato de reintegração e o de aposentadoria já podem ser apreciados pela Corte, restando prejudicada a análise da defesa então apresentada pela servidora com o fim de manter sua inativação.

Pelo exposto, Voto por que o Plenário:

- I** – tenha por cumprido o item II da Decisão nº 4275/2019;
- II** – considere legais, para fins de registro, os atos de reintegração (DODF de 17/09/2014) e de aposentadoria (DODF de 29/01/2015) de interesse da Sra. Célia Zanquetta, ressaltando que a regularidade da fixação dos proventos será analisada na forma do item I da Decisão nº 77/07, proferida no Processo nº 24185/07;
- III** – em decorrência do item anterior, tenha por prejudicada a defesa apresentada pela interessada com o fim de sustentar a regularidade de sua aposentadoria (e-DOC AFC30FDD-c);
- IV** – autorize o arquivamento deste feito.

Sala das Sessões, 12 de agosto de 2020.

**PAULO TADEU**  
**Conselheiro-Relator**